

ANFIP atua no Congresso para restabelecer quinquênios aos seus associados

O Conselho Executivo da ANFIP, através da Vice-Presidência de Assuntos Parlamentares, ocupada por José Avelino da Silva Neto, atua nesta semana em busca de assinaturas de senadores a uma emenda a ser apresentada à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 63/2013, que restabelece o pagamento dos quinquênios aos juízes e promotores.

Parada há oito anos no Senado, a PEC do quinquênio ganhou sete emendas desde que passou a ser discutida nos bastidores. A proposta institui um subsídio de 5% nos vencimentos de juízes e promotores a cada cinco anos e, por isso, tem sido alvo de lobby de ministros, magistrados e membros do Ministério Público.

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) apresentou uma emenda que ainda está em fase de coleta de assinaturas (é necessário o apoio de 27 senadores), num trabalho organizado pela ANFIP, Fonacate, Frente Servir Brasil e Pacto de Brasília.

Se a emenda receber todas as assinaturas para ser validada, deve ser submetida ao Plenário do Senado, quando a matéria entrar em pauta (está pronta para votação). A ANFIP está empenhada nesta tarefa de convencimento dos senadores pela recuperação da injustiça decorrente da possibilidade de somente parte do funcionalismo ser contemplada com essa vantagem por tempo de serviço.

Clique [AQUI](#) para acessar a emenda apresentada à PEC. Acompanhe a tramitação da proposta [AQUI](#).

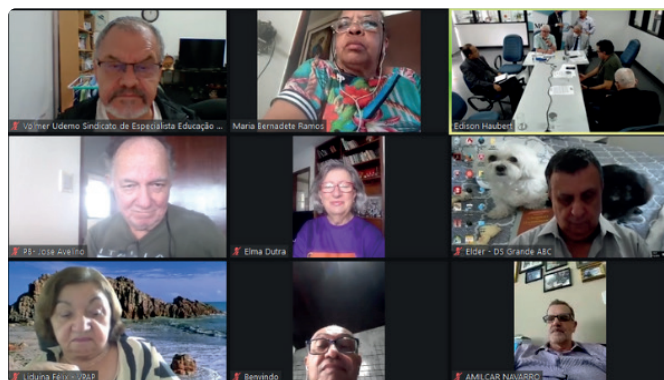
ANFIP e Mosap preparam documento para os presidentiáveis em defesa dos aposentados

A ANFIP, representada pelos vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares), marcou presença na reunião do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), realizada na terça-feira (22/3), com as demais entidades que o integram.

No encontro híbrido, os conselheiros defenderam ações em favor de todos os servidores públicos, aposentados e pensionistas do Brasil, voltadas à paridade e a reajustes equiparados à situação dos servidores da ativa, além de trazer à pauta questões envolvendo os trabalhos parlamentares direcionados aos presidentiáveis das eleições de 2022. Os trabalhos em curso incluem a elaboração de um manifesto contendo as reivindicações da categoria, com o objetivo de estabelecer contato e dar voz ao Movimento nos parlamentos e junto aos presidentiáveis.

Sobre o manifesto, Liduína Félix lembrou os representantes das considerações feitas pelo presidente da ANFIP, Vilson Romero, na última reunião do grupo e sugeriu o encaminhamento do texto consolidado às entidades. Ressaltou, ainda, a importância do associado ativo, tanto por sua atuação nas mobilizações quanto pelo apoio em todas as ações que valorizam o cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Por outro lado, a vice-presidente destacou a importância do associado aposentado, sobretudo como agente mantenedor das entidades representativas, compondo grande parte do corpo



associativo; também como protetor do grupo familiar, muitas vezes assumindo o papel de provedor do cônjuge e de seus dependentes; além de representar significativo contingente eleitoral, formando número decisivo nos pleitos eleitorais. “Os aposentados e pensionistas querem uma pauta concreta, com luta em defesa dos direitos e conquistas alcançados e assegurada a paridade com os ativos”, concluiu Liduína.

De acordo com o presidente do Movimento, Edison Haubert, o objetivo é desenvolver ações integradas, a partir do sentimento de união e solidariedade repassadas pelas entidades representativas de classe, tendo em vista que “os ativos de hoje serão os aposentados de amanhã”.

O grupo se reúne novamente no dia 12 de abril.

Faça já sua inscrição para o XVII Encontro Nacional, em Florianópolis
PÁGINA 2

Fisco planeja debates sobre tributação com presidentiáveis
PÁGINA 4

Última semana para aderir ao plano de saúde Unimed/ANFIP
PÁGINA 7

STF interrompe julgamento de ADI da ANFIP que questiona mudança no CARF

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, nesta quinta-feira (24/3), contra três ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) que questionam o fim do voto de qualidade nas situações de empate nos julgamentos do contencioso tributário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vinculado ao Ministério da Economia.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6415, da ANFIP, cujo patrono é o tributarista Heleno Taveira Torres, é uma das ações analisadas. Como seis ministros já se manifestaram pelo afastamento da inconstitucionalidade, formou-se maioria no julgamento. O ministro Nunes Marques pediu vistas e a sessão foi suspensa.

É importante ressaltar que, em abril de 2021, o então ministro Marco Aurélio Mello, relator da ADI 6415, julgou procedente o pedido da ANFIP para declarar a inconstitucionalidade formal do artigo 28 da Lei nº 13.988/2020. A matéria, na ocasião,

ficou pendente de votação dos demais ministros do Supremo.

O Carf é responsável pelo julgamento administrativo em segunda instância de recursos de contribuintes cujos débitos foram atuados pelos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. A mudança que levou ao fim o voto de qualidade no Carf tornou o empate favorável ao contribuinte.

O advogado e tributarista Heleno Torres é professor livre-docente de Direito Tributário e titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP). Foi vice-presidente mundial da *Internacional Fiscal Association* (IFA), com sede em Amsterdã, e atualmente é membro do Conselho Executivo do *Instituto Latino Americano de Derecho Tributario* (ILADT), além de outras importantes associações no Brasil e no exterior, como ABRADT, IAB e IASP.

Não há previsão de data para continuidade do julgamento, no qual faltam votar quatro ministros.

Audidores contestam inclusão de instituições privadas na gestão do Simples Nacional

A ANFIP acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a inclusão de representantes de instituições privadas no Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). A questão é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7091, distribuída ao ministro Alexandre de Moraes.

Segundo a ANFIP, o artigo 1º da Lei Complementar 188/2021, ao alterar o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (LC 123/2006), modificou a composição e o funcionamento do comitê gestor – vinculado ao Ministério da Economia – e ampliou o âmbito de aplicação de seu regime tributário. O CGSN passou a ser composto por um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e uma das confederações nacionais do segmento de micro e pequenas empresas, além dos membros originais (quatro representantes da União, dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios).

Ainda conforme o dispositivo questionado, o comitê será

responsável pela tributação, pela fiscalização, pela arrecadação, pela cobrança, pela dívida ativa e por outros pontos relacionados ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Competência tributária

Para a Associação, essas atribuições, bem como a inclusão de membros do Sebrae e da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (Conampe) na composição do comitê, entram na seara tributária que compete exclusivamente aos Auditores Fiscais.

A ANFIP pede, liminarmente, que seja suspensa a norma questionada, a fim de que o comitê gestor opere em sua composição originalmente prevista na lei, antes das modificações da LC 188/2021, e, no mérito, a sua inconstitucionalidade.

Fonte: STF

XVII EN: Já se inscreveu para o próximo evento presencial da ANFIP?

É associado e quer participar de mais um evento especial da ANFIP? Faça já sua inscrição para o XVII Encontro Nacional, que acontece de 5 a 7 de maio, em Florianópolis (SC).

Todas as informações sobre o evento estão [AQUI](#). No site, também estão disponíveis os melhores pacotes de hospedagem e passeios turísticos, bem como os contatos para realizar a cotação de passagens aéreas com a Açoriana Turismo, parceira do evento.

Assista ao vídeo do evento no canal da ANFIP no Youtube (clique [AQUI](#)).



Expediente		 ANFIP Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil #ANFIPNACIONAL	
Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150 Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br	DIRETORA RESPONSÁVEL Marluce do Socorro da Silva Soares EDITORA Ludmila Machado REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.		EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Allan Vitalino e Gilmar Vitalino
 www.instagram.com/anfipnacional	 www.facebook.com/anfip.nacional	 www.twitter.com/anfipnacional	 www.youtube.com/anfipoficial

Revista ANFIP aborda perspectivas para 2022; confira a nova edição

Já está disponível a versão digital da revista Seguridade Social e Tributação, editada pela ANFIP. Nesta edição, o presidente da Associação, Vilson Antonio Romero, destaca os desafios do mandato (biênio 2022/2023) e revela como a Entidade vai atuar nos principais temas de repercussão nacional.

Confira ainda as perspectivas do Legislativo para o ano eleitoral e como

especialistas avaliam as apostas dos parlamentares para a última sessão legislativa, especialmente nos temas ligados à ANFIP, como as reformas Tributária e Administrativa e o reajuste salarial dos servidores públicos.

Confira ainda as novidades na legislação eleitoral, a evolução dos crimes virtuais e uma profunda análise da Reforma Tributária. Baixe o arquivo [AQUI](#).



ANFIP e MCCE articulam ações de conscientização no ano eleitoral

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou, na terça-feira (23/3), da 2ª reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) de 2022, juntamente com a rede de entidades que o integra. O encontro se deu em formato híbrido e foi coordenado por Melillo Dinis do Nascimento, membro da diretoria colegiada do Movimento.

Foram analisadas diversas ações a serem desenvolvidas pelas entidades com vistas à participação intensiva nas eleições gerais de 2022, sem descuidar da segurança no sistema eletrônico de votação, bem como o acompanhamento diário de processos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na oportunidade, também foram eleitas as entidades que irão compor o Conselho Fiscal e aprovadas algumas mudanças estatutárias visando maior pluralidade na Secretaria Executiva.

Contas - Em reunião na segunda-feira (21/3), o Conselho



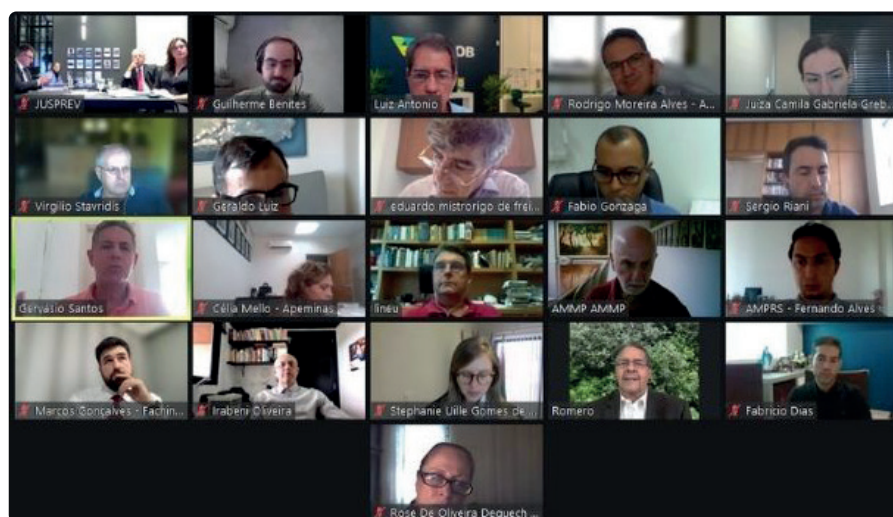
Fiscal do Movimento, coordenado por Vilson Romero, definiu as próximas etapas da análise das contas e documentos contábeis de exercícios anteriores da Secretaria Executiva do Comitê Nacional. Ficou determinado aos assessores contábeis que os documentos, balancetes de verificação, balanço patrimonial e livros contábeis devem ser assinados e disponibilizados ao Conselho Fiscal para verificação, no mais breve tempo.

ANFIP participa de reunião com órgãos colegiados da Jusprev

A Jusprev reuniu, no dia 18/3, de forma híbrida, os representantes dos órgãos colegiados da entidade com o objetivo de discutir assuntos de interesse de seus participantes e assistidos.

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, também presidente do Colégio de Instituidoras da Jusprev, parabenizou a instituição pela iniciativa de produzir uma cartilha exclusiva para esclarecer as principais dúvidas dos associados a respeito da Declaração do Imposto de Renda 2022 e convidou todos a participarem do XVII Encontro Nacional, em maio próximo, em Florianópolis (SC). Acesse o material [AQUI](#).

Dentre os temas abordados no encontro, foram discutidos o teste de aderência das hipóteses atuariais (tábuas e juros) a serem adotadas em 2022, apresentado pela Lumens Atuarial Consultoria, e sua aprovação pelo



Conselho Deliberativo; a apresentação dos relatórios de acompanhamento das Políticas de Investimentos referentes ao 4º trimestre de 2021; e a Campanha de Incentivo às Instituidoras da Jusprev.

Além do presidente, representaram a ANFIP na reunião o vice-presidente

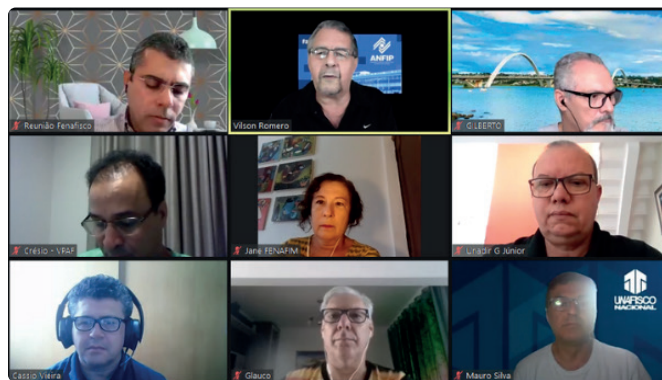
de Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação, Márcio Humberto Gheller, também diretor Jurídico e de Benefícios da Jusprev; e o presidente da ANFIP-AM, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, como membro do Comitê de Investimentos.

Fisco planeja debates sobre tributação com candidatos às eleições de 2022

As entidades dos fiscos municipal, estadual, distrital e federal, integrantes do Pacto de Brasília, se reuniram, na segunda-feira (21/3), para discutir a viabilidade de um projeto a ser apresentado aos principais candidatos às eleições de 2022. A ideia, segundo os representantes, é abrir um canal de interlocução com os presidentes sobre propostas relacionadas ao sistema tributário e à Seguridade Social, em busca de uma reforma mais efetiva e justa.

O presidente da ANFIP, Wilson Antonio Romero, além dos vice-presidentes Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais), também participou da videoconferência, colocando-se à disposição para conversar com as entidades interessadas e orientá-las durante a elaboração do documento.

“Estamos defendendo sair um pouco do simples debate e apresentar um projeto prático a ser legitimado pelo conjunto dos fiscos das três esferas de governo junto aos presidentes, a partir de pontos convergentes que, além de demonstrarem nossa



posição institucional, podem resultar, efetivamente, em algo factível em 2023. O trabalho do Auditor é contar como fazer, até porque ele é o autor deste processo”, explicou Romero.

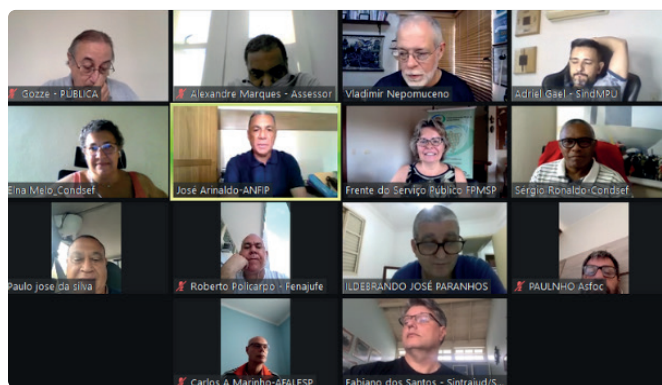
Após a discussão sobre o projeto, o grupo deu continuidade aos debates do Pacto de Brasília, destacando questões relacionadas à autonomia das administrações tributárias.

Frente Parlamentar prossegue trabalhos de mobilização em defesa do serviço público

O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, coordenou na segunda-feira (21/3) mais uma reunião da Frente Parlamentar do Serviço Público, que agrega entidades de servidores federais, estaduais e municipais em um colegiado que busca o fortalecimento do serviço público e a valorização das carreiras.

Dentre os encaminhamentos aprovados, a Frente solicitará nos próximos dias audiência no Palácio do Planalto, com o chefe da Casa Civil, ministro Ciro Nogueira, e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, a fim de apresentar os pleitos dos servidores ao governo. Também ficou decidida a manutenção da vigília que entidades promovem em frente ao Ministério da Economia.

O consultor parlamentar Vladimir Nepomuceno expôs ainda o panorama da semana para o Congresso Nacional e alertou sobre três proposições que precisam ser acompanhadas: o PL 2.564/2020, que institui o piso salarial para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, permitindo a destinação de recursos públicos a hospitais filantrópicos; a PEC 122/2015, que proíbe Estados



e Municípios de criarem despesas sem o respectivo repasse da União, o que impede a ampliação de serviços prestados à população; e o PL 3.662/2020, que extingue cargos técnicos vagos no Judiciário, abrindo precedentes para iniciativas semelhantes em outros órgãos.

A Frente Parlamentar volta a se reunir na próxima semana para atualizar o grupo sobre o andamento dos trabalhos realizados.

Presidente da ANFIP se reúne com Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes

O presidente Wilson Antonio Romero se reuniu virtualmente com os integrantes da Mesa Coordenadora do Conselho de Representantes da ANFIP, na segunda-feira (21/3), para definir questões internas e acompanhar as demandas das estaduais e representações regionais da Entidade.

Na ocasião, foram debatidos detalhes sobre o XVII Encontro Nacional, discutidas questões

orçamentárias e cogitada a criação de uma comissão responsável por otimizar as atividades financeiras determinadas pelo grupo.

Atualmente, a Mesa é coordenada por Genésio Denardi (SP) e integrada por Carlos José de Castro (GO), vice-coordenador; Maria dos Remédios Bandeira (PB), secretária; e Isabel Nascimento Elias Pereira (MS), secretária-adjunta; que também participaram da reunião.



Fórum pela Redução da Desigualdade define atividades do ano

A vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas da ANFIP, Albenize Gatto Cerqueira, participou da 2ª reunião ordinária do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, com a coordenação de Wellington Leonardo da Silva. O encontro, realizado na terça-feira (22/3), se deu em formato virtual e contou com a presença de representantes de classe e diversos movimentos sociais, além da participação da associada Rita Felicetti.

Após a leitura e aprovação da ata da última reunião, ocorrida em 1º de fevereiro, foram anunciadas as ações do Fórum para o ano de 2022, que inclui:

- Elaborar proposta para a revisão da Reforma Trabalhista, com destaque para as questões sindicais e da justiça do trabalho;
- Elaborar proposta para a revisão da Reforma da Previdência;
- Realizar campanhas pelo fim do teto de gastos e pela Reforma Tributária Necessária;
- Somar esforços com movimentos para superar a desigualdade que envolve os segmentos mais vulneráveis da população;
- Constituir uma frente parlamentar para defender essas revisões;
- Manter a realização de ciclos de seminários e webinários sobre os temas definidos; e



- Contribuir para a coordenação e integração das ações a serem empreendidas por cada uma das entidades que compõem o Fórum, buscando alcançar atuação mais sinérgica e em bloco.

Feito o anúncio, com o apoio da ANFIP, o grupo deu início aos trabalhos em prol da efetivação das atividades, na busca incessante pela mitigação da desigualdade social e por um país mais justo e próspero para os cidadãos brasileiros.

Mais detalhes do planejamento estratégico serão discutidos na próxima reunião do grupo.

Comissão agiliza organização do XVII Encontro Nacional

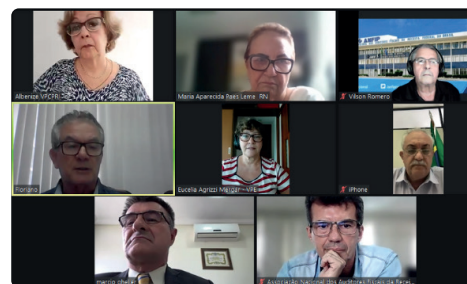
Os integrantes da Comissão Organizadora do XVII Encontro Nacional da ANFIP estiveram reunidos, na quinta-feira (24/3), para discutir detalhes do planejamento do evento, a fim de garantir uma realização de alto nível e oferecer a melhor experiência possível a todo o quadro associativo inscrito.

Além do presidente, Vilson Antonio Romero, participaram do encontro virtual os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Maria

Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Antônio Carlos Silveira (Planejamento e Controle Orçamentário), Márcio Humberto Gheller (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação) e o presidente da Estadual de Santa Catarina (ANFIP-SC), Floriano José Martins; além dos colaboradores Mauro Justino (Administração) e Humberto Brandino (Secretaria).

A Comissão se reúne novamente no dia 31 de março.

A ANFIP aproveita para convidar



todos a visitarem o site oficial encontronacional.anfip.org.br e conferirem as informações sobre inscrição, hospedagem, programação e muito mais. Participe!

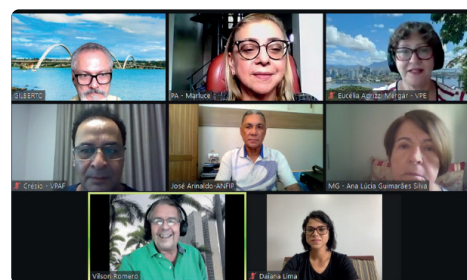
Conselho Editorial realiza primeira reunião da gestão

Em reunião virtual realizada na quinta-feira (24/3), os membros do Conselho Editorial deram início aos trabalhos envolvendo a próxima edição da revista Seguridade Social e Tributação, uma produção exclusiva da ANFIP.

Os conselheiros levantaram pautas de interesse dos Auditores Fiscais da Receita Federal e discutiram temas de maior relevância para os representantes do órgão. Ao longo do trimestre, a linha editorial deverá ser

desenvolvida pelo grupo, em conjunto com as colaboradoras do setor de Comunicação Social.

Participaram do encontro o presidente Vilson Romero e os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva), Marluce do Socorro da Silva Soares (Comunicação Social), Ana Lucia Guimarães Silva (Assuntos da Seguridade Social), Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários), José Arinaldo Gonçalves



Ferreira (Política de Classe e Política Salarial) e Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais).

AÇÃO FISCAL

Receita Federal doa R\$ 164 mil em mercadorias apreendidas para instituto de recuperação de adolescentes

Na terça-feira (22/03), a Receita Federal formalizou a doação de grande quantidade de mercadorias apreendidas, avaliadas em R\$ 164 mil, para as 13 unidades do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo (Iases).

O Instituto é vinculado à Secretaria de Direitos Humanos e mantido pelo Governo do Estado. O órgão é responsável por fazer a gestão e execução das medidas socioeducativas aos adolescentes em conflito com a Lei no Estado por meio de programas de atendimento em meios fechado, semiaberto e aberto.

Entre as mercadorias doadas estão drones controlados por rádio, celular, notebooks, equipamentos para computador, equipamentos eletrônicos, móveis, roupas, brinquedos, utensílios domésticos e máscaras descartáveis.

Todas as mercadorias foram

apreendidas pela Alfândega da Receita Federal do Aeroporto Internacional do Galeão (ALF/GIG) e pela Alfândega da Receita Federal do Porto de Itaguaí (ALF/IGI) em operações contra o contrabando e o descaminho.

Tendo em vista a relevância da doação, as mercadorias foram levadas do estado do Rio de Janeiro e entregues ao Instituto em janeiro de 2022. A solenidade contou com a presença dos delegados da Receita Federal em Vitória, Auditores Fiscais Eduardo Augusto Roelke (titular da DRF/VIT) e Luiz Cláudio Peixoto Lobo (adjunto da ALF/VIT).

Pelo Iases, participaram o diretor-presidente, Fábio Modesto de Amorim Filho; a diretora Administrativa e Financeira, Graziela Ortega; o diretor de Ações Estratégicas, Oséias Gerke; e a diretora Socioeducativa, Fabiana Malheiros.

O presidente do Instituto, Fábio

Modesto, agradeceu a parceria e disse que a doação contribuirá com a socioeducação e com a estrutura para os servidores do Instituto.

Para o delegado Luiz Cláudio Lobo, "a Receita Federal sente-se gratificada em contribuir para a recuperação dos jovens em situação de risco, doando bens que, com certeza, ajudarão na recuperação dos mesmos".

O delegado Eduardo Roelke enfatizou que "a doação desses bens foi uma excelente oportunidade de mostrar a importância da Receita Federal perante a sociedade. Além dessa doação, a Delegacia tem uma parceria com o Iases na regularização do CPF desses adolescentes. Dessa forma, a Receita Federal mostra sua preocupação também com a questão social, dando apoio a um Instituto tão importante na recuperação desses menores".

Fonte: Receita Federal

Operações Retis e Spiderweb desarticulam quadrilhas que enviavam cocaína para a Europa

Foram deflagradas, na quinta-feira (24/3), as Operações Retis e Spiderweb, ações conjuntas entre a Receita Federal e a Polícia Federal, que atingiram organizações criminosas voltadas à prática do crime de tráfico de entorpecentes. As investigações apontaram para um grupo de traficantes que aliciava caminhoneiros e funcionários do Porto de Paranaguá para introduzir cocaína em cargas de terceiros e enviá-las para o exterior, principalmente para a Europa. Foram cumpridos 86 mandados de busca e apreensão e 17 mandados de prisão no Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

As operações são um desdobramento da Operação Enterprise, deflagrada em 2020 pela Receita Federal e Polícia Federal após uma apreensão de cocaína realizada pela RFB em 2017. Os dados levantados pelos dois órgãos permitiram um aumento nas apreensões em 2019 e possibilitou à Polícia Federal obter mais informações sobre as quadrilhas e suas atividades. Das cerca de 15 toneladas de cocaína apreendidas pela Receita Federal, em 2019,

no Porto de Paranaguá, estima-se que pelo menos metade foi introduzida ilegalmente no porto pelas organizações criminosas alvo das operações Retis e Spiderweb.

Como agiam as quadrilhas - Durante o inquérito, a Polícia Federal identificou os responsáveis pela remessa da cocaína, que era introduzida ilegalmente no porto com o auxílio de caminhoneiros que eram cooptados para este fim. Dentro do terminal portuário, integrantes do grupo utilizavam o método *rip-on/rip-off*, no qual contêineres de importadores sem envolvimento com o grupo eram abertos e contaminados com a carga de cocaína. Funcionários do porto também aliciados pela quadrilha indicavam quais os contêineres que tinham como destino o porto desejado pela organização criminosa.

Atuação - A Receita Federal colaborou com as investigações da Polícia Federal monitorando as atividades suspeitas dentro da área do porto. Esse monitoramento foi realizado com o auxílio do circuito interno de televisão e com a utilização de todos os sistemas aduaneiros da Receita Federal, o

que contribuiu na identificação de motoristas e responsáveis pela movimentação da droga no terminal portuário. A Receita Federal também monitorou, a pedido da Polícia Federal, a movimentação patrimonial de integrantes da quadrilha.

Além do monitoramento, a Receita realizou dezenas de operações de fiscalizações com o objetivo de localizar os carregamentos de droga que eram inseridos pelo grupo criminoso. Com a atribuição legal de fiscalizar a entrada e saída de produtos nas fronteiras, portos e aeroportos, a Receita Federal utiliza equipamentos como scanners, cães de faro, lanchas e helicópteros para impedir a ação de criminosos. De 2019 até hoje, a Receita Federal apreendeu mais de 31,5 toneladas de cocaína em 75 ações distintas realizadas no Porto de Paranaguá.

Na deflagração da operação, servidores da Receita Federal cumpriram mandados na região de Paranaguá e em Curitiba, com o helicóptero da Receita Federal dando apoio tático às equipes em solo.

Fonte: Receita Federal

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Última semana para aderir ao plano de saúde com carência zero

O prazo para contratar o plano de saúde Unimed/ANFIP com CARÊNCIA ZERO e TAXA ZERO DE ADESÃO termina na quinta-feira (31/3). Corra que ainda dá tempo! O reajuste de mensalidades será somente em fevereiro de 2023 e o usuário ainda tem acesso ao plano odontológico sem custo.

Estão disponíveis os contratos 8444, que possui um dos menores preços oferecidos no mercado, com mensalidades a partir de R\$ 195,81; e 6848, com mensalidades a partir

de R\$ 232,39 e isenção da cobrança de coparticipação para procedimentos realizados até 31 de janeiro de 2023.

A campanha é exclusiva para associados da ANFIP, portanto, caso você ainda não o seja, acesse [AQUI](#). Os novos associados que aderirem ao plano no período da campanha também ganham isenção de três mensalidades associativas.

Entre em contato com a central de vendas pelo 0800 591 0534 ou no site da Benevix ([AQUI](#)).

CONTRATO 8444

Faixa etária	PLANO COLETIVO ADESÃO	
	8444 - Premium Nacional	
	Enfermaria	Apartamento
	Nº 466.263/12-6	Nº 466.267/12-9
00 a 18	R\$ 195,81	R\$ 235,89
19 a 23	R\$ 211,13	R\$ 254,10
24 a 28	R\$ 228,00	R\$ 274,43
29 a 33	R\$ 262,93	R\$ 312,56
34 a 38	R\$ 283,95	R\$ 337,58
39 a 43	R\$ 301,15	R\$ 361,66
44 a 48	R\$ 479,84	R\$ 578,09
49 a 53	R\$ 500,47	R\$ 602,95
54 a 58	R\$ 521,05	R\$ 627,78
Acima 59	R\$ 1.085,13	R\$ 1.242,42

CONTRATO 6848

Faixa etária	PLANO DE SAÚDE UNIMED-ANFIP		
	ANFIP - Associados ANFIP e Dependentes Legais		
	Enfermaria	Apartamento	Rede Diferenciada
00 a 18	R\$ 232,39	R\$ 280,32	R\$ 540,57
19 a 23	R\$ 260,29	R\$ 313,99	R\$ 605,40
24 a 28	R\$ 299,30	R\$ 361,05	R\$ 696,21
29 a 33	R\$ 329,23	R\$ 397,18	R\$ 765,84
34 a 38	R\$ 388,52	R\$ 468,65	R\$ 903,70
39 a 43	R\$ 446,80	R\$ 538,95	R\$ 1.039,26
44 a 48	R\$ 580,81	R\$ 700,65	R\$ 1.351,01
49 a 53	R\$ 755,06	R\$ 910,87	R\$ 1.756,32
54 a 58	R\$ 1.011,79	R\$ 1.220,55	R\$ 2.353,46
Acima 59	R\$ 1.386,13	R\$ 1.672,16	R\$ 3.224,25

Contrato Firmado em Janeiro de 2014

Próximo Reajuste / Fevereiro de 2023

ESTADUAL

ANFIP apresenta agenda de atuação à Estadual de São Paulo

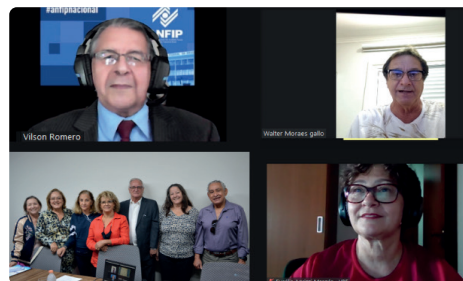
O presidente da ANFIP, Vilson Romero, e a vice-presidente Executiva, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, participaram de reunião, na terça-feira (22/3), com a diretoria da Estadual de São Paulo (ANFIP-SP). O encontro aconteceu em formato híbrido.

Romero explicou aos dirigentes da entidade paulista as principais demandas da ANFIP nacional e como a Associação deve atuar nos próximos períodos, pautada, sobretudo, nas ações integradas às suas bases e na recuperação do poder aquisitivo dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. “Dentro do nosso projeto de ANFIP integrada às bases, estamos conversando com as Estaduais e queremos nos colocar à disposição para prestar contas, ouvir sugestões e críticas. Estamos caminhando *pari passu*, não só agora, mas desde 2016, para o que nossos associados decidiram, que é a volta da paridade integral entre ativos e aposentados”, afirmou o presidente.

Ele também ressaltou a necessidade de harmonizar todas as forças em prol da carreira e destacou os projetos que estão sendo desenvolvidos pela ANFIP, que envolvem a campanha salarial dos servidores públicos, modernização da Comunicação Social, intensificação das questões do Jurídico, ampliação do contato com a base e trabalho em torno das reformas Administrativa e Tributária.

“Que fique muito claro para os associados que nossa pauta prioritária, referendada pela Convenção Nacional, é a paridade entre ativos e aposentados. Os nossos processos sobre a paridade estão nas melhores mãos possíveis. Estamos empenhados nisso. A pauta de recuperação do poder aquisitivo não saiu do nosso horizonte”, enfatizou Vilson Romero.

No mesmo sentido, Eucélia Mergár reforçou o trabalho de parceria e apoio com as Estaduais da ANFIP. “Nos colocamos à disposição para o que precisarem. Estou o tempo todo atenta. Também estamos envolvidos



na organização do XVII Encontro Nacional, que vai acontecer em maio, e à disposição das Estaduais. Contem conosco!”.

Pela ANFIP-SP, participaram o presidente da Estadual e coordenador do Conselho de Representantes, Genésio Denardi; o vice-presidente Walter Moraes Gallo, e os diretores Marinalva Azevedo Braghini (Administração), Margarida Lopes de Araújo (Assuntos Jurídicos), Noir Siqueira Franco (Cultura Profissional, Esportes e Lazer), Jamile Jabra Malke (Divulgação e Relações Públicas), Dirce Leme Claro de Menezes (Finanças) e Nilza Garutti (Política de Classe e Interesse Fiscal).